



ISSN: 2764-2429

Informativo Notas do CCBS

Informativo Notas do CCBS
v.02, n.04, nov./jan. 2022/2023

ISSN: 2764-2429

2022 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Equipe técnica

Editor Chefe

Carlos Henrique Soares Caetano

Editora Assistente

Leticia Gonçalves

Editora Associada

Lucia Marques Alves Vianna

Editor Assistente

Maicon de Souza Daiha

Informativo Notas do CCBS [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. – Vol. 2, n. 4 (nov./jan. 2022/2023-) – Rio de Janeiro: UNIRIO/CCBS, 2022- Trimestral

ISSN: 2764-2429

1. Informativo Notas do CCBS – Periódicos. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

CDU 57 (05)

CDD 570

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Decania do CCBS

Rua Silva Ramos, 32

CEP: 20270-330

Tijuca, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2264-6406

SUMÁRIO

Com a Palavra: O Professor Emérito - Trajetória de Vida e de Ensino: Diretivas julgadas úteis para jovens alunos da Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) Mario G.Giordano	5
Defesas dos animais e formulação de políticas públicas - Um diálogo em aberto Maylta B. dos Anjos	15
Preditores de alterações metabólicas em pacientes convivendo com AIDS/HIV em uso de terapia antirretroviral altamente ativa: proposta de um cartão identificador Andrea Villardo; Glória Regina M. da Silveira	31
A mobilidade internacional docente pelo Programa MARCA entre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (Brasil) e a Universidade de Santander (Colômbia) Taís Veronica C. Vernaglia	48
Sérgio Luiz Magarão: homenagem póstuma Carlos Alberto Basílio de Oliveira	56

Com a palavra: O Professor Emérito



Mario Gáspare Giordano

Professor Emérito do Departamento de Medicina Geral, Escola de Medicina e Cirurgia, CCBS, UNIRIO
Ingressou como docente na UNIRIO em 1970
<http://lattes.cnpq.br/0132742273852914>
Contato: mggiordano38@gmail.com

Trajatória de Vida e de Ensino: Diretivas julgadas úteis para jovens alunos da Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Recebi do Professor Carlos Caetano, decano do CCBS, gentil convite para escrever texto para o Informativo Notas do CCBS. Após pensar sobre o convite, e decorridos 60 anos de integração à gloriosa Escola de Medicina e Cirurgia, acredito que o texto que escrevi, não engessado pelas normas tradicionais de trabalhos científicos, seja de utilidade para todos os alunos do CCBS.

Juventude e Adolescência

Nasci na cidade do Rio de Janeiro em 1938. Meu pai, Vincenzo Giordano, era italiano e naturalizado brasileiro. Veio para o Brasil em 1906, a convite de um primo comerciante, que desejava com ele trabalhar. Inteligente, prosperou na atividade e montou seu próprio negócio. Minha mãe, Elisa Grimaldi, também italiana e radicada na Itália, era da conhecida família Grimaldi de Mônaco. Não sem alguma resistência, veio para o Brasil com meu pai. Isso em 1932.

De meus pais, eu e meus três irmãos (dois já falecidos), herdei as lições de esforço para o progresso com o trabalho honesto, lições de respeito para com todas as pessoas, sempre procurando ajudar, sem esperar retribuições. De minha mãe, recebi sólida formação religiosa segundo os ensinamentos da Igreja Católica.

Iniciei os estudos em escola primária pública. Ao término do 3o ano primário, prestei concurso e fui aprovado para transferência para o Colégio Marista São José do Rio de Janeiro ingressando na série de admissão ao ginásio. Cursei o ginásio até o 3º ano. Ao término desse período e voluntariamente, transferi-me para a Casa de Formação Marista, em Mendes (RJ). Por motivo de idade, não podendo cursar o 4o ano ginásio, permaneci mais um ano no 3o ano ginásio na Casa de Formação Marista. No 4o ano ginásio dessa Casa de Formação Marista, havia, em paralelo às matérias curriculares tradicionais, estudos religiosos e outros específicos próprios ao que seria o Seminário Menor e havia requisito de idade mínima de 15 anos.

Ordem Marista / Formação Religiosa

Encantado com a cultura, idoneidade, dedicação dos mestres Maristas, quis tornar-me também um Marista. Em 1952, com 14 anos de idade, ingressei nessa Ordem Religiosa, dedicada exclusivamente à formação e educação da juventude. Foi o lema do Fundador, Padre Marcelino Champagnat, de formar honestos e íntegros cidadãos.

Nesta Ordem/Congregação Religiosa, em paralelo aos estudos curriculares, como referimos, tínhamos matérias e estudos próprios desta Congregação. Assim, estudamos e aprendemos Filosofia, Teologia, Latim, Exegese, Pedagogia e outras matérias concernentes e relacionadas com a Ordem Marista.

Permaneci na Congregação até 1961. Neste período, e após a formação básica, cheguei a administrar aulas em curso primário dos Colégios Maristas de São Paulo (Capital), Colatina (Espírito Santo) e Belo Horizonte (Minas Gerais). No final de 1960, e após muita reflexão, sem abdicar dos princípios de formação adquiridos nos Maristas, desliguei-me da Ordem Religiosa.

Vários outros colegas seguiram também outros rumos. Lembro-me do colega Raimundo Damasceno que resolveu dedicar-se ao sacerdócio. Tornou-se Bispo e Cardeal: Dom Raimundo Damasceno de Assis. Outro, Antonio Baptista Filho, tornou-se juiz, estando hoje também aposentado.

No período em que estive nesta Congregação Religiosa, e sempre amante da música clássica, preferências de meus pais italianos, estudei música e fui o organista em todos os Colégios Maristas onde permaneci.

Neste período, estabeleceram-se grandes amizades, com os mestres e colegas em formação. Esta amizade não foi rompida com o passar dos anos. Anualmente, contingente com mais de 100 pessoas, se reúne na Casa-Mãe de Mendes, por 03 dias. São reavivados os ideais de vida e de formação maristas, além de grande confraternização pela sólida amizade de muitos anos.

Escola de Medicina e Cirurgia

Após meu desligamento da Ordem Marista, optei pela Medicina, pelo horizonte de conhecimentos que esta oferece e, sobretudo, pelo aspecto benemerente de ajuda ao próximo herdado da formação Marista.

Em 1962, após concurso de seleção, logrei êxito de classificação nesta Escola Médica, Escola de Medicina e Cirurgia (EMC), e concluí o curso médico em 1967.

É importante a lembrança de que a EMC, surgiu do Instituto Hahnemanniano do Brasil (IHB), grande Centro de formação de profissionais dedicados ao estudo da homeopatia. Lembrando que este Instituto teve início em 1859, e que em 1912 o IHB deu origem à Escola de Medicina e Cirurgia, a EMC tem 110 anos de existência e 163 anos de tradição de ensino médico.

Atividades Médico-Cirúrgicas logo após o Curso de Graduação

Em 1967, após conclusão do curso médico, fui convocado para prestação de Serviço Médico no Exército Brasileiro. Aí permaneci até 1970. Em paralelo, durante a permanência como oficial-médico no Exército Brasileiro, obtive dos superiores a autorização de frequentar e participar das atividades no

Instituto de Ginecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sediado no Hospital Estadual Moncorvo Filho. Foi período de verdadeira pós-graduação. Em contato com grandes mestres da Ginecologia nacional, sob chefia do Professor Francisco Victor Rodrigues, muito aprendi da área clínica e cirúrgica da Ginecologia. Estabeleceu-se intercâmbio de conhecimentos e amizade com esses mestres.

Retorno definitivo e Atuação na Escola de Medicina e Cirurgia

Após meu desligamento do Exército Brasileiro em 1971, voltei à Casa-Mãe, à Disciplina de Ginecologia da Escola de Medicina e Cirurgia, sediada no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle. Fui muito bem recebido pelo Professor-Titular, Osmar Teixeira Costa. Estabeleceu-se também intercâmbio de amizade e conhecimentos com o mestre que perduraram por toda a vida.

Em 1976, Osmar Teixeira Costa que me aceitara como médico e professor voluntário da Disciplina, pediu minha integração definitiva na Disciplina de Ginecologia mediante apresentação de adequado e pertinente currículo.

Na EMC obtive todos os títulos acadêmicos e dediquei toda a carreira médica e de magistério na Instituição UNIRIO. Permaneci integrado à Disciplina de Ginecologia como professor auxiliar, professor assistente, professor adjunto e professor associado, conseguindo sucessivamente e sempre mediante concursos de seleção, os títulos de mestrado, doutorado, duas livre-docências e de Professor Titular em 2002.

Como sempre tive interesse na área cirúrgica e de Endocrinologia Ginecológica, consegui estágios na Universidade de Milão (Instituto Mangiagalli - Itália) com renomados professores, como o Professor Pier Giorgio Crosignani,

em estudos sobre distúrbios endócrinos na mulher e infertilidade. No Hospital Johns Hopkins, da Universidade de Baltimore - EUA, realizei estágio sobre microcirurgia reconstrutora do aparelho genital feminino, com o eminente cirurgião John Rock.

Na Escola de Medicina e Cirurgia, ministrei centenas de aulas para alunos de Graduação, de Pós-Graduação (Cursos de Especialização Lato-Sensu), e para Médicos Residentes. Também centenas foram as participações em Congressos Médicos Nacionais e Internacionais com participação e atuação em conferências, palestras, mesas-redondas, debates sobre temas ligados à Ginecologia. Neste período de permanência na EMC, escrevi alguns livros e tratados da especialidade em colaboração com eminentes especialistas. Também redigi mais de uma centena de capítulos em tratados e publicações da especialidade. O último livro que publicamos, neste ano de 2022, após 60 anos de atuação na ginecologia e na medicina e sempre vinculado à Escola de Medicina e Cirurgia, credenciou-nos para recente publicação de obra para médicos, atuantes na área médica e leigos Tema do livro: Importância de preservar nossas Células-tronco para maior e melhor sobrevida: “Viver mais com as Células-Tronco” (Editora Águia Dourada).

Os interessados poderão ver algumas destas participações no currículo Lattes (exibido no início do texto) onde expusemos, parcialmente, todas essas atividades.

Em 2008, ao completar 70 anos, fui aposentado por atingir a idade limite de permanência no Serviço Público. No mesmo ano recebi o Título de Professor-Emérito da UNIRIO. Ressaltamos que mesmo aposentado continuamos a ministrar aulas e participar de concursos para admissão de Professores Titulares e outros em várias Universidades do País.

Casamento / Filhos

Em outubro de 1970 casei-me com Maria Augusta, professora de Português e Literatura. Com ela, tivemos três filhos: Mario Vicente, Luiz Augusto e Eduardo Bruno. Seguindo a trajetória do pai, formaram-se em Medicina e optaram por seguir a mesma especialidade: Ginecologia. Todos são especialistas pelas Sociedades específicas e atuantes na Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia filiada à Federação Brasileira. Eduardo Bruno é filiado e atuante na Sociedade Brasileira de Mastologia. Mario Vicente e Luiz Augusto têm título de Doutorado pela UNIFESP e Mario Vicente de Pós-Doutorado. Ambos atuam na Disciplina de Ginecologia da Escola de Medicina e Cirurgia, cargo ocupado após concurso público em 2002. Todos são casados e são seis o total de netos que todos eles nos proporcionaram.

Missão da Escola de Medicina e Cirurgia na Formação Médica

É de grande relevância a missão dos professores da EMC na formação dos profissionais médicos tanto no Curso de Graduação como nos diversos Cursos de Pós-Graduação e na Residência Médica. A responsabilidade não está somente limitada na transmissão de conhecimentos médicos, mas, e sobretudo, na formação de profissionais gabaritados para Atuação Ética nos inúmeros campos em que se subdividiu a arte e ciência hipocráticas. Mostrar aos alunos, pelo ensino e exemplo, a nobreza da atuação na atividade médica, verdadeiro sacerdócio.

O patrono da Medicina, Hipócrates, que nasceu e viveu na ilha grega de Cós entre 460 e 375 a. C. deixou-nos legados de ensinamentos

consubstanciados em aforismos. Em um destes, assim se expressava: “A medicina não é mera ocupação lucrativa. Para ser médico é necessário respeitar, amar o ser humano e conhecer os limites do próprio conhecimento”. (In: Hipócrates, Aforismos).

Também de Maimônides, filósofo, teólogo e médico que viveu no século XII, recebemos grandes diretivas de humildade e religiosidade: “Concede-me Senhor a força e a oportunidade de sempre corrigir o que já adquiri para ampliar o seu domínio pois o conhecimento é ilimitado e o espírito do homem pode se enriquecer todos os dias com novas aquisições. Hoje ele pode descobrir os erros de ontem e amanhã, obter nova luz sobre o que pensa hoje conhecer”. (Maimônides, 2013).

Também, terminando este item, com nosso ilustre médico e professor Adib Jatene, diretivas de atuação com algumas recomendações: “O médico, em primeiro lugar, deve ser especialista em gente, porque todo doente, independentemente de seu nível cultural, situação econômica, perante a doença, transforma-se em ser frágil, aflito, angustiado, com medo, e o oposto do medo não é a coragem, é a fé. O paciente necessita acreditar que o profissional médico está interessado nele e não em sua doença...O mundo mudou! Hoje, o que tem valor são as coisas possuídas pelas pessoas: carros, casa, patrimônio, posição social. O médico contaminou-se, virou técnico, está mais interessado na doença do que no doente”. (JATENE, 1996).

Missão da Escola de Medicina e Cirurgia na Produção do Saber

Na produção do saber, e formação acadêmica, expomos alguns pensamentos relacionados à pesquisa.

A EMC não sendo numericamente uma Escola com muitos professores e possuidora de numerosos e sofisticados equipamentos, pode em plenitude produzir numerosos e valorosos estudos, em todas as áreas da Medicina. Estes estudos são apresentados em Congressos Médicos ou publicados em revistas das diversas especialidades. Serão úteis para outros pesquisadores e aprofundamento das pesquisas.

Fundamentalmente foi o que fizemos em toda a carreira universitária, com todos os alunos, e em todos os níveis de aprendizado. Isto é o cerne da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Cumprindo o que preconiza a “Extensão”, divulgamos tudo o que encontramos para utilidade de toda a Sociedade. É o que dizia o grande filósofo e matemático francês que viveu entre 1596 e 1650: “Todos devem comunicar ao público o que aprendem. Assim, os últimos começarão por onde os precedentes terminaram. Deste modo, reunindo as vidas e os trabalhos de muitos avançaremos muito mais do que conseguiríamos se caminhássemos isoladamente”. (Descartes, 1989).

Inúmeros são os exemplos de pesquisas que poderão ser aduzidos:

Resultados obtidos com fármacos diversos para tratamento de afecções determinadas. Resultados de técnicas cirúrgicas para correção abordagem terapêutica de afecções que demandem abordagem cirúrgica. Identificação de doenças mediante coleta de dados e análise da sintomatologia que será útil na identificação das afecções. Achados histopatológicos presentes em doenças diversas. Inúmeros outros temas poderiam ser aduzidos. Estes estudos, como dissemos, serão valiosos para formação dos alunos e difusão dos conhecimentos: É a “Extensão”.

Esperamos que estas orientações sejam de utilidade para os alunos, em todos os níveis, da Gloriosa e Centenária Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO.

Referências

Avis, Leçons. **Sentences et Instructions**. Livro sobre a Pedagogia e Filosofia Educacional de Marcelino Champagnat, fundador da Ordem/Congregação Marista. Paris: Emmanuel Vitte, 1927.

Descartes R. **Discurso do Método**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

Giordano M.G. **Viver mais com as Células Tronco**. Rio de Janeiro: Editora Águia Dourada, 2022.

Hipócrates. **Aforismos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

Jatene A. **A Paixão Transformada**: história da Medicina na Literatura de Moacyr Scliar. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

Maimônides. **Disciplina Literatura e Medicina**. Correa Lima MB & Leal PCS. Publicação Faperj, 2013.

Defesas dos animais e formulação de políticas públicas - Um diálogo em aberto



Maylta Brandão dos Anjos

Professora Associada do Departamento de Ciências do Ambiente, Instituto de Biociências, CCBS, UNIRIO
Ingressou como docente na UNIRIO em 2020
<http://lattes.cnpq.br/5096748167978986>
Contato: maylta.anjos@unirio.br

INTRODUÇÃO

O povo que respeitar sinceramente os direitos atribuíveis aos animais, respeitará melhor os direitos da humanidade.

Marco Antônio Azkoul

Sim, o que nos diz Azkoul abre o debate sobre a defesa dos animais. Acende um novo pensamento do direito à vida. Nessa base, coibir mais fortemente os atos de violência, tais como: perversidade; abandono; crueldade; maus-tratos; exploração desumana; caças predatórias com conseqüente extinção de muitas espécies; intoxicação proposital por alimentos contaminados; exposição inadequada e atroz acontecida em alguns circos, zoológicos, rodeios

e parques de diversão; atividades culturais com cunho de opressão física e econômica do animal; uso em testes cosméticos; criatórios que os consomem na ordem fisiológica da vida, entre outros – se faz urgente e passa não somente pela proteção individual ao animal, mas também pela formulação de **políticas públicas** – PP - que os resguardem e estejam atentas a esse assunto. Que sensibilize socialmente, e responsabilize aos seres humanos que impetram as maldades aos animais. Impedir que sofram as indiferenças e negligências geradoras dos maus-tratos é uma determinante no amparo aos animais.

As PP traduzem as ações do Estado, nas diversas realidades encontradas, na aproximação às demandas da vida cotidiana. Aqui focamos na necessidade da integridade e dignidade dos animais. Assim, destaca-se as dimensões da saúde, ambiente, saneamento básico, segurança, moradia, lazer, cultura e outras que deverão ser foco de discussão para efetivas leis traduzidas em leis geradoras de políticas públicas de incentivo e proteção a algo que contribua com a vida social e com a relação da humanidade com os animais do seu meio.

Os principais resultados institucionais da ação do Estado são realizados por PP e advém de toda a necessidade social apresentada a ele por meio de propostas e projetos de leis. Cabe ao Estado formular leis de ações na garantia da vida animal, dentre as especificidades que ele possui; bem como a de coibir atos de crueldades impetradas sobre os seres vivos, legitimando as demandas geradoras de atitudes voltadas à defesa dos animais.

A garantia de preservação e proteção da fauna estabelecida pela constituição de 1988 validou e incentivou a construção de lutas por PP de proteção aos animais no Brasil. A partir daí o assunto tem se tornado importante ponto de pauta na ordem legislativa. Muitos parlamentares reascenderam o debate e se elegeram com o protagonismo desse tema.

O processo de transformação das lutas sociais para proteção das espécies animais em questão pública - suas conquistas com efetividades - requer, portanto, além da demarcação em instrumento legislativo, a compreensão e consciência dos processos de formulação e implementação de PP. Essas devem gerar um conjunto de ações coletivas determinantes com novas relações de poder e intermediações institucionais, no crescente das questões animais (DIAS, 2000).

O diálogo da diminuição do sofrimento animal se alarga e vemos, também, o aumento do número de Organizações Não Governamental, Organizações Sociais e de sociedades protetoras dos animais acontecem de forma bastante expressiva. Se expande nos movimentos sociais a causa animal. Esses possuem suas diferenças e singularidades nas formas e estratégias apontadas para a resolução das pautas de luta (SANTOS, 1999).

Há um diálogo comum que reflete a necessidade do compromisso em estabelecer atitudes baseadas em legislação concreta, para o reforço de ações e programas que garantam a proteção, alimentação, saúde, cuidado e normativas e restrinjam os trabalhos forçados de forma extenuante aos animais. Um dos avanços desse assunto é termos hoje os animais domésticos como grandes companheiros que assumem novo caráter de sujeitos no contexto da vida social dos humanos que os tutelam. Na condição atual eles possuem tutores e não mais donos.

Outro fato importante que demarca e amplia esse debate é o mecanismo de proteção, principalmente no meio industrial, com o selo designado a condição do animal estar livre de crueldade. Selo que garante ser aquele local produtivo abolido a exploração e o uso de animais para fins experimentais e produtivos. Assim, esses lugares devem se adaptar com medidas alternativas e obter seus resultados sem ferir nenhuma vida, nenhum ser vivo (LOPES, 1997).

As necessidades para além das práticas sanitárias devem também ser ponto de observação para tutores e criadores. Em Paixão (2001), essa lógica caminha para que, já firmada, se amplie em lei, a prática de um comportamento mais respeitoso, generoso, moral e ético em relação a tutela e criação dos animais. Que assim possa ser efetivada completamente. A finalidade das PP no aspecto aqui estudado deve ser o de atingir um desempenho baseado em razões e emoções para uma ética operada na relação humanizada com os seres vivos, com os animais domésticos e silvestres. Que as leis se expandam em proteção e cuidado responsabilizado.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi realizar algumas reflexões acerca do tema e construir uma coerência interna que reconhecesse os sentimentos, percepções e sensibilidades dos animais. Esses fatos têm na Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU, o reconhecimento à vida de todo ser vivo, de sua dignidade, respeito e integridade, do direito e transformação social. Na Declaração, no Art. 2º reza: “O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los violando esse direito; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais. Todo o animal tem o direito à atenção, aos cuidados e à proteção do homem”.

Para que a intenção acima logre sucesso é necessário cumprir o que está no Artigo 14, ou seja: “As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens”. Eis aí a importância das políticas públicas.

REVISÃO DA LITERATURA

O que é o homem sem os animais? Se os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

Chefe Seattle

O que é o homem sem os animais? Esse assunto mobiliza-nos. Causa muitas reflexões. Para tentar pensar esse tema realizei uma breve revisão de literatura, assumindo a necessidade da construção de políticas públicas - PP que versam sobre a problemática que envolve a questão animal.

A atuação do poder público, em parceria com Organizações Não Governamentais - ONG's, Organizações Sociais, entidades e associações, auxiliadas pelas PP com suas reivindicações podem ampliar os recursos públicos para o tratamento dos animais como vacinas e outros medicamentos, alimentação, fiscalização, construção de abrigos, entre outras ações.

Nesse sentido, o trabalho de Guilhon (2002) acerca da relação do Estado e dos seus interesses, traz para a representação as PP na sua formação. Assinala que elas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder. Continua no diálogo em que o conflito social nos processos de decisão, na repartição de custos e benefícios sociais, bem como no germe da transformação mostra as arenas de luta e disputa das propostas político-ideológica dos diferentes vieses de pensamento. No que se relaciona à causa animal, as arenas das lutas estão dadas e o

cenário de disputa de que tipo de defesa se deve fazer e quais as estratégias, estão acontecendo.

Segundo Peccatiello (2011), as políticas públicas ambientais no Brasil devem ser traçadas com as conexões necessárias a elas. Diz que elas são mediadas pelo quadro político-institucional e pelas inter-relações entre os diversos atores presentes no processo histórico-social em suas múltiplas dimensões e demandas na economia, política, cultura, ambiente e outros. São implementadas pelos atores políticos plurais através de instituições públicas consolidadas no seu espectro democrático. Nessa visão, as políticas públicas devem assumir uma visão integral, conecta, interdisciplinar, analisando as várias demandas acerca dela. A demanda ambiental aparece com forte apelo sistêmico no seu contexto social.

Dentro de uma decisão que supra as demandas sociais, as PP deverão trabalhar com conexões e processos dinâmicos ocorridos na sociedade, para que sejam respeitadas no atendimento às suas reais demandas. É com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses que elas são pautadas e pleiteadas. Elas compreendem a formação de uma agenda para refletir, ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.

Boneti (2007) analisa no seu livro “Políticas públicas por dentro” que pensar as políticas públicas depende pensar a participação da população na sua elaboração e operacionalização. Sob esta ótica, continua a assegurar que o Estado não está separado da sociedade civil. Para o autor as PP são resultadas de uma correlação de forças sociais. Portanto, ela é o resultado da dinâmica do jogo de forças que estão postas nas relações de poder dos diferentes grupos e representações sociais e políticas.

As PP podem permitir uma base de respeito às diferentes e específicas visões acerca dos animais, considerando seus sentimentos e emoções, afirmando que eles sentem dor, tristezas, alegrias, vontades, amor e afetos, num espectro construído com conceitos de dignidade, justiça, ética e direito.

Uma crescente inquietação com essa demanda amplia o discurso filosófico, ético, moral, de valores. Essas virtudes norteiam novas práticas que podem ser incentivadas e promovidas pelas PP no rompimento e denúncia às práticas abusivas, violentas, cruéis, degradantes para com os seres vivos, para com os animais.

Bortoloti *et al.* (2007) nos alerta que a superpopulação de animais largados e maltratados é um problema que causa diversos transtornos, entre eles as doenças transmissíveis, a exemplo a raiva, a leishmaniose e a toxoplasmose, além da proliferação de pulgas, carrapatos e sarna. O excesso de cães e gatos nas ruas, nas instituições públicas como escolas, universidades, praças e parques gera transtornos e mostra a ausência de PP, que entre tantas outras medidas, poderia investir na adoção/tutela responsável para com esses animais.

Singer (2002, 2004) assegura que sempre esteve no caminho da defesa do animal e das PP que eclodiram em vários lugares do mundo, sobretudo nas últimas décadas. As PP são fortalecidas pela luta dos movimentos sociais em torno da causa animal, renovada a cada ação reflexiva feita em relação ao tratamento dado a ela. Singer assinala que a formulação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos animais proporciona e promove saúde, proteção, defesa e dignidade. Em decorrência, deve ser fortalecida para a existência deles.

São muitos os exemplos de movimentos e instituições que lutam para diminuir o sofrimento dos animais e pressionam o poder público para que

cumpra seu papel no contexto da proteção animal. As trajetórias de como realizar a defesa deles divergem em vários segmentos, com opiniões, contradições e especificidades. Não obstante, trazem à ordem do dia o imperativo da realização reflexiva alimentada pelos debates que tratem da temática animal, especialmente, com as facilidades de comunicação e informação dos dias atuais.

Nesse caso, um desafio é colocado no sentido de superar o pensamento do especismo, muito vivido durante décadas no Brasil. Encontrar um caminho harmonioso com os animais é objetivo maior de quem vive as questões dos animais como seres respeitáveis desse mundo.

Nesse contexto, a crítica ao antropocentrismo cresce cada vez mais. Tal pensamento tem seu contraditório no biocentrismo, que considera os animais no seu valor intrínseco, como sujeitos de direito, no *status* de pessoa não humana. São seres de senciência, numa complexidade que passa a ser debatida e levada em conta na legislação brasileira.

É dessa forma que os animais deverão ser tratados dentro de sua dignidade de seres de sentimento. As PP com base no repertório jurídico podem fortalecer o Estado no papel de defensor dos animais. Há uma longa estrada a ser percorrida e conquistada nesse caminho que tem por princípio o já exposto.

Um passo importante para o aporte e embasamento das PP é a colocação do animal como ser senciência também pelo Código Civil Brasileiro, inclusive buscando fazer com que seja visto como sujeito de direito, o que já é uma visão timidamente colocada pelo artigo 225, § 1º, VII da Constituição Federal 1988.

Proposta outra é notar que é possível assegurar-lhes legitimidade ativa, para isso as PP, juntamente com o direito civil precisam avançar do ponto de consideração dos animais como meros objetos de direito para lhes conferir verdadeira personalidade jurídica a fim de possibilitar a defesa de seus direitos.

O reconhecimento de que será necessário desenvolver um ordenamento jurídico mais justo e solidário para todas as espécies animais pode ser constatado na Lei de número 14.064, de 29 de setembro de 2020, que altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Esse fato demonstra que ao aumentar o cuidado com os animais, amplia-se a ação protetional ao mundo animal.

Destaco a importância do direito dos animais na Lei no 13.426 de 30 de março de 2017 que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos. Temos nela um lastro que amplia a pauta de dignidade aos animais domésticos. A política de castração com preceitos biocêntrico surge como uma ação de benefício a essas populações de animais que são abandonados à sua própria sorte em ambientes inadequados.

Importante destacar que o paradigma biocêntrico é cada vez mais referenciado para a conquista da defesa dos animais. Reconhece o todo biológico e busca a proteção dele pelo Poder Público no mesmo patamar que os sujeitos humanos. E igualmente coloca os animais como seres de prioridade nas políticas públicas, que assumem a necessidade de superação da visão que os considera como bens semoventes, com mero propósito de satisfazer as necessidades econômicas da sociedade humana.

Tendo por base esse paradigma, as PP devem considerar os animais como seres com capacidade de sentir, de se angustiar ou de sofrer com os maus-tratos ou abandono e com toda a desafeição e indiferença que muitos lançam sobre eles.

Os direitos dos animais rejeitam o tratamento meramente utilitarista prestado a eles ao longo da história, que os tinham como simples bem utilitário, desprovido de sentimento e como propriedade, em que seu dono poderia ferir,

maltratar e matar. A dignidade reportada a esses seres vivos deve ser crescente no direito e nas PP, alargando para eles o senso de justiça, no estabelecimento da crítica à perversidade e à indignação aos maus-tratos.

Importante perceber que a diversidade animal não deve ser negligenciada ou subjugada, pois todos os seres vivos são essenciais para a manutenção do ecossistema e merecem o mesmo respeito entre si.

Nessa esteira vemos que a realização e a gestão de PP dependem do envolvimento participativo dos diversos atores sociais e políticos que compõem a sociedade e as organizações específicas de proteção. O envolvimento da população para a efetiva participação do poder público é importantíssimo para a gestão das políticas públicas voltadas ao respeito e direito dos animais. Para resolver o problema de superpopulação e de abandono animal.

O método de prevenção ao abandono determinado pela OMS estabelece algumas medidas a serem adotadas pelo poder público, como controle populacional através da esterilização, cobertura vacinal, incentivo à educação ambiental e estímulo a posse responsável, elaboração de legislações específicas que controle e fiscalize eficazmente ao comércio de animais, a identificação e o registro dos animais da região, recolhimento seletivo e humanizado dos animais de rua com acolhimento em abrigo salubre e com plenas condições de tratamento e cuidado (MAcGREGOR *et al.*, 2004).

A elaboração de PP coadunadas aos direitos fundamentais dos animais são merecedores de maiores diálogos e aprofundamentos, para que se avance nesses campos de ação, o ato de zelar, cuidar e inspirar a outros fazerem o mesmo.

As PP voltadas à causa animal deverá prever a adoção da tutela responsável de animais com a realização de campanhas socioambientais e um planejamento e controle do comércio de animais. Acompanha esses pontos a

existência fortalecida de um programa de recolhimento dos animais abandonados e recuperação de sua saúde para depois encaminhá-los para adoção.

A grande demanda de ações pontuais às políticas públicas de defesa dos animais para conseqüente proteção, saúde e segurança pública é amplamente percebida pela população, entretanto a prática por parte do governo fica aquém dessa necessidade.

A realização de ações de conscientização e fiscalização pode criar práticas de bem-estar e cuidado dos animais. Diminui os transtornos gerados como proliferação de doenças, agressão e/ou receio de acidentes. A contribuição de ONGs, entidades protetoras, associação é ação necessária para esse atendimento, recolhimento, tratamento e doação de animais.

Nesse caminho, as PP devem gerar o compromisso de uma relação mais saudável entre o ser humano e o animal, promovendo a consciência da tutela responsável, focando na melhoria da relação animal humano e animal não humano. Os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, dentro dessa lógica, são seres de proteção política e jurídica, que devem ter garantida a manutenção e continuidade da vida. Para tanto, há que se ter um reconhecimento da necessidade do estabelecimento de PP que deem cabo às maldades feitas a eles e demarquem ações de proteção. Esse é passo primordial da luta para os que amam e dão importância à vida animal.

Do mesmo modo, as PP deverão ser realizadas no respeito aos seres vivos e pautadas por princípios humanitários em que a empatia reine. O respeito e reconhecimento aos sentimentos nos humaniza e materializa nossa condição de seres vivos que respeita outros seres vivos. Dessa feita, as PP devem ser escritas com letras e práticas de justiça, sensatez, equilíbrio e na imprescindibilidade da alteridade.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O tema da defesa dos animais e do seu reconhecimento pela espécie humana como direito à existência digna das outras espécies animais, deve se constituir desde a tenra infância, num processo que envolva escola, família e comunidade. Pode ser incentivado por Políticas Públicas - PP de proteção animal.

A luta pela defesa animal está intrinsecamente ligada a elaboração de políticas públicas. Elas são complementares e se integram na ação de proteção, defesa, reconhecimento dos animais como seres de sentimento e direito. A compreensão de que são seres capazes de sentir emoções e possuem medo, alegria, tristeza, amor e afeto, nos leva a vê-los no merecimento de viver uma vida com o respeito devido.

Predomina, ainda, uma precariedade de PP que trabalhe com a conscientização, responsabilidade, cuidado, adoção, alimentação, medicação e esterilização sem riscos à vida animal. Há necessidade de incentivo à adoção animal. Essa precariedade gera um grande custo de sofrimento aos animais. Gera também, um custo nas áreas de segurança, de saúde pública e ambiental às cidades brasileiras. Nesse ínterim, a incumbência que cabe ao poder público não pode ser transferida para a sociedade e para as entidades protetoras dos animais.

Vimos que para a formulação das PP, o papel das ONGs e das fundações ligadas a causa animal é importantíssimo. A ação voluntária também é muito relevante, pois pode ser um meio de início de formação de uma nova consciência sobre o mundo. Entretanto, cabe ao Estado fiscalizar os maus-tratos e abandono, a recolher, tratar e providenciar a adoção dos animais abandonados. Todavia esse dever e obrigação tem sido, em grande número, repassado às ONGs, associações, entidades protetoras dos animais e pessoas

amantes deles. Essas ações deveriam ser somente suporte ao poder público pois é ele o responsável por solucionar o problema por meio de PP adequadas, específicas e eficazes que confirmam garantia de vida com qualidade aos animais.

Outro ponto a ser ventilado é o envolvimento e início das boas práticas com os animais que pode ser motivado pelo contato formado com as crianças. Elas poderão desenvolver memórias afetivas, o que as motivarão ao interesse em participar de atividades voltadas à proteção e cuidado com os animais. O despertar dessa sementeira, às vezes, pode surgir apenas na fase adulta, dependendo dos traços da personalidade individual de cada sujeito social.

Por fim, casos de violência e crueldade devem desaguar em denúncias e indignação para que as políticas públicas possam ser feitas para a defesa dos animais. Elas ao serem ampliadas no plano coletivo, se constituem como elementos fundamentais de debate e ação na razão da efetivação dos cinco passos do bem-estar animal sejam cumpridos. Ou seja, para que todos os animais estejam livres de fome e sede, de desconforto, de dor, doença e injúria, de medo e de estresse. E tenham a liberdade para expressar os comportamentos naturais da sua espécie.

Referências

AZKOUL, M. A. **Crueldade Contra os Animais**. São Paulo: Editora Plêiade, 1995.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2007.

BORTOLOTTI, R.; D'AGOSTINO, R. G. Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, São Carlos, SP, v. 3, n. 1, p. 17-28, 2007.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF: Presidência da República 1988.

BRASIL. **Lei no 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei no 14.064, de 29 de setembro de 2020**. Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 188, p. 4, 30 set. 2020.

BRASIL. **Lei no 13.426 de 30 de março de 2017**. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

COSTA, C. A. **Por uma releitura da responsabilidade civil em prol dos animais não humanos**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2017.

DIAS, E. C. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

GUILHON, M. V. M. **A Relação Estado/Interesses na Formação das Políticas Públicas**: uma análise das teorias de representação política, Série Políticas Públicas em Debate, São Luís, v.2, no.2, p.7-22, jul./dez.2002.

KUHL, E. **Animais, nossos irmãos**. São Paulo: Petit, 1999.

LOPES, J. R. L. **Direito e transformação social**: ensaio interdisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

MACGREGOR, E.; OLIVEIRA, T. P.; SANTANA, L. R.; SOUZA, M. F. A. **Posse Responsável e Dignidade dos Animais**. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental, 8, p. 534-552. 2004.

MATURANA, H.; VARELA, F.. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Psy, 1995.

PAIXÃO, R. L. **Experimentação animal**: razões e emoções para uma ética. Dissertação de Doutorado apresentado à Fundação Oswaldo Cruz na Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil:** da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 71-82, jul./dez. Editora UFPR. 2011.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice:** O social e o político na pós- modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SINGER, P. **Libertação Animal.** São Paulo: Martins Fontes. 2004.

SINGER, P. **Vida Ética:** os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SIRVINKAS, L. P. **Manual de direito ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2002.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Preditores de alterações metabólicas em pacientes convivendo com AIDS/HIV em uso de terapia antirretroviral altamente ativa: proposta de um cartão identificador



Andrea Villardo

Chefe da Unidade de Nutrição Clínica no Hospital
Universitário Gaffrée Guinle
Ingressou na UNIRIO em 2001
<https://lattes.cnpq.br/2569513266626201>
Contato: andrea.villardo@unirio.br



Glória Regina M. da Silveira

Professora Associada, Departamento de
Nutrição Aplicada, Escola de Nutrição, UNIRIO
Ingressou como docente na UNIRIO em 1996
<http://lattes.cnpq.br/1778025534514763>
e-mail: gloria.silveira@unirio.br

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) foi reconhecida em meados de 1981, nos Estados Unidos da América (EUA) e registrada pelo “Centers for Disease Control and Prevention” (CDC). Desde então, muito ocorreu no que diz respeito a identificação de HIV-1 em 1983 e do HIV-2 (CLAVEL et al., 1986), além de identificação de uma molécula de superfície do linfócito T-CD4+ como receptor do vírus (McDOUGAL et al., 1986) e outras descobertas subsequentes sobre o ciclo vital do HIV na célula humana. (BRASIL, 1999).

A infecção pelo HIV passou de um agravo restrito a determinados grupos populacionais de risco (homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis e pacientes que receberam sangue ou hemoderivados) para uma pandemia, com grande impacto na saúde, na qualidade de vida e com importantes repercussões econômicas de transcendência mundial (SIMON et al., 2006; UNAIDS, 2006).

De acordo com Mendes (2011), as maciças campanhas de prevenção e abordagem a novas infecções pelo HIV e outras IST, em conjunto com a Terapia Antirretroviral (TARV), vêm ocasionando sensível redução da morbidade, redução em internações hospitalares, aumento na sobrevivência e melhora na qualidade de vida de quem convive com HIV/aids. O impacto mais significativo encontra-se na redução de novas infecções.

Através do uso da TARV, a replicação do HIV é inibida, com redução de seu RNA no plasma para níveis indetectáveis (DUTRA; LIBONATI, 2008). Porém, esta terapia é correlacionada à síndrome lipodistrófica e envolvida em diversas características como resistência periférica à insulina, dislipidemia, redistribuição da gordura corporal com presença de obesidade visceral (TROLL, 2011).

A infecção pelo HIV por si, causa alterações metabólicas como aumento do colesterol plasmático e do LDL colesterol, e aumento dos triglicerídeos e do VLDL colesterol. Antes da introdução da TARV, já havia sido relatado aumento nos níveis de triglicerídeos, diminuição do HDL colesterol e colesterol total, que ocorrem com a progressão da doença (ARAL; FENTON; LIPSHUTZ, 2003). Entretanto, após a introdução da TARV como terapia padrão, houve um aumento crescente de relatos de alterações metabólicas nessa população. Após uma década de terapia, a dislipidemia passou a ser considerada como distúrbio metabólico comum, emergente e importante que afetava os pacientes recebendo TARV (ARAL; FENTON; LIPSHUTZ, 2003). Talvez a consequente melhora dos parâmetros imunológicos com o advento da TARV tenha desviado o interesse das pesquisas para o problema de maior prevalência no momento: a Lipodistrofia.

O objetivo deste estudo foi investigar a associação entre alterações metabólicas e diferentes parâmetros de avaliação nutricional em uma amostra de pacientes convivendo com HIV/Aids em uso regular de TARV e atendidos no ambulatório de Imunologia de um Hospital Universitário Federal na cidade do Rio de Janeiro.

Este artigo é parte da dissertação de mestrado de Andrea Villardo no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFECÇÃO HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo transversal, previamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em 02 de Maio de 2017, sob CAAE nº 63732917.5.0000.5258, com dados coletados individualmente de janeiro a julho de 2018 como parte de um Projeto maior intitulado: “Avaliação Nutricional de pacientes com HIV/Aids atendidos no ambulatório de Imunologia do HUGG”, e tem como foco a avaliação dos pacientes de acordo com os fatores preditores de risco para alterações metabólicas.

Todos os voluntários que participaram do estudo eram assistidos pelo ambulatório de Imunologia do HUGG, e receberam previamente orientações gerais, para então preencherem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Terminado o preenchimento do TCLE, os participantes preenchiam o Questionário de Frequência de Consumo Alimentar (QFCA) semi quantitativo, validado por Sichieri e Everhart em 1998, e respondiam ainda a algumas questões socioeconômicas.

A seguir, eram encaminhados ao consultório de Nutrição, localizado no ambulatório de Imunologia e submetidos à avaliação antropométrica. Esta avaliação foi composta por: peso, estatura, índice de massa corporal, dobra cutânea tricipital, dobra cutânea subescapular, dobra cutânea bicipital, dobra cutânea supra-ilíaca, perímetro braquial, e circunferência de cintura.

A circunferência da cintura permite uma avaliação aproximada da massa de gordura intra-abdominal e da gordura total do corpo. É utilizada na avaliação da distribuição de gordura em adultos, visto que algumas complicações como as

doenças metabólicas crônicas, estão associadas à deposição da gordura abdominal.

Os dados bioquímicos, como valores de LDL-c, HDL-c, triglicerídeos e contagem de linfócitos T-CD4, foram captados de exames bioquímicos constantes no prontuário do paciente, o mais próximo possível da data de sua participação na pesquisa.

Foram incluídos indivíduos adultos com mais de 18 anos e idosos com assiduidade ambulatorial. Os critérios de exclusão foram para pacientes com assiduidade ambulatorial irregular, em uso de corticóides, em uso de esteróides anabólicos, em uso de hormônio do crescimento, com infecções oportunistas (neoplasias e infecções) nos últimos 3 (três) meses, com realização de cirurgias de lipoaspiração e lipoescultura nos últimos 6 (seis) meses e gestantes. (JAIME et al., 2004).

Foi utilizada amostra não-probabilística, por conveniência, e constituiu-se um amplo banco de dados composto por dados socioeconômicos, bioquímicos, antropométricos de 114 pacientes.

Os dados armazenados foram analisados utilizando estatística descritiva no software Stata 7.0. Foram calculadas as RP (razões de prevalência) da alteração metabólica para todas as variáveis binárias relativas à avaliação nutricional, e a significância estatística avaliada em um nível de 0,05.

As características sócio-econômicas dos 114 pacientes avaliados podem ser observadas na **tabela 1**.

Cabe ressaltar que dentro da amostra de 114 pacientes, por motivo de logística, nem todos os dados estavam disponíveis ou mesmo puderam ser avaliados, de forma que o número de pacientes avaliados nem sempre é o total de pacientes incluídos no estudo.

Tabela 1: Características sócio econômicas dos pacientes atendidos no ambulatório de Imunologia de um hospital universitário na cidade do Rio de Janeiro

Dados	Frequência	%	Média/DP
RENDA MENSAL (N=90)			
ATÉ 1 SM	18	20,00	
DE 1 a 3 SM	53	58,89	
DE 3 a 5 SM	12	13,33	
ACIMA DE 5 SM	7	7,78	
IDADE (N=83)			
			46,17+-10,24a
22 – 39 ANOS	25	30,12	
40 – 59 ANOS	53	63,86	
60 OU MAIS	5	6,02	
SEXO (N=110)			
FEMININO	50	45,46	
MASCULINO	60	54,54	
ESCOLARIDADE (N=104)			
ENSINO FUNDAMENTAL	28	26,92	
ENSINO MÉDIO	58	55,77	
ENSINO SUPERIOR	18	17,31	

SM = Salário Mínimo; DP = Desvio Padrão

Na **tabela 2**, registra-se que entre os 96 pacientes que possuíam contagem de linfócito T-CD4, a média foi de 637,04 cel / mm³, DP = 324,07 cel / mm³. O sexo feminino apresentou maior prevalência (66,67%) de pacientes com contagem acima de 500 cel / mm³. Na variável LDL-colesterol alto, entre os 73

pacientes a maior prevalência também foi apresentada em mulheres (66,67%), com média de 113,7 mg / dl e DP = 29,9 mg / dl. Já na variável Triglicerídeo alto, dos 85 pacientes avaliados, a maioria encontra-se no sexo masculino com 50,59%, onde 37,21% apresentou resultado acima de 150 mg / dl, e a média foi de 170,4 mg /dl com DP = 101,7 mg / dl.

Tabela 2: Análise bioquímica dos pacientes atendidos no ambulatório de Imunologia de um hospital universitário na cidade do Rio de Janeiro

Variáveis	Frequência	%	Média / DP
LINFÓCITOS T-CD4			
(N=96)			637,04 ± 324,07
MASCULINO	50	52,08	
> 500 cel/mm ³	29	58,00	
FEMININO	42	43,75	
> 500 cel/mm ³	28	66,67	
LDL Col (N=73)			
			113,7 ± 29,9
MASCULINO	37	50,68	
Alto (> 100mg/dL)	20	54,05	
FEMININO	33	45,20	
Alto (> 100mg/dL)	22	66,67	
TRIGLICERÍDEO (N=85)			
			170,4 ± 101,7
MASCULINO	43	50,59	
Alto (> 150mg/dL)	16	37,21	
FEMININO	39	45,88	
Alto (> 150mg/dL)	11	28,20	

DP = Desvio Padrão

Na análise antropométrica da população estudada, conforme pode ser observado na **tabela 3**, as mulheres apresentaram maior prevalência de medidas elevadas em todos os marcadores. A avaliação do IMC teve média de 25,17 e desvio +- 4,30 kg/m². A obesidade foi observada em 22,86% das mulheres. A circunferência da cintura teve média de 83,63 e DP de +- 11,05 cm. O risco moderado para doenças cardiovasculares, segundo esse marcador, foi observado em 58,82% das mulheres, bem como em 66,67% das 33 mulheres avaliadas para o marcador relação cintura/estatura alta, em ponto de corte de 0,5 cm.

Analisada a frequência por sexo para relação cintura estatura constatou-se que na amostra de 72 indivíduos, onde 54,17% são do sexo masculino, 46,15% destes apresentaram relação cintura estatura maior que 0,5. No sexo feminino, constatou-se que num total de 33 mulheres, 66,67% encontravam-se com a relação cintura estatura alta (> 0,5).

Analisada a frequência por sexo para LDL colesterol, constatou-se que na amostra de 70 indivíduos, onde 52,86% são do sexo masculino, houve resultado alto para 54,05%. Para o sexo feminino apresentou-se uma amostra próxima da masculina (33 indivíduos), porém com o equivalente de 66,67% de exames com valores de LDL colesterol aumentados.

Ao avaliar a associação de relação cintura estatura elevada com LDL colesterol elevado, foi encontrada RP de 3.4 vezes, com Razão de Cintura/Estatura acima de 0.5, com p valor de 0.04 e intervalo de confiança de 0.89 a 13.61.

Tabela 3: Análise antropométrica dos pacientes atendidos no ambulatório de Imunologia de um hospital universitário na cidade do Rio de Janeiro

Variáveis	Indivíduos (n)	%	Média / DP
IMC (kg/m²) (N=80)			25,17 ± 4,30
MASCULINO	42	52,50	
Alto (>30 kg//m ²)	3	7,14	
FEMININO	35	43,75	
Alto (>30 kg//m ²)	8	22,86	
CC (cm) (N=74)			83,63 ± 11,05
MASCULINO	40	54,05	
Alta (>94 cm)	6	15,00	
FEMININO	34	45,94	
Alta (>80 cm)	20	58,82	
RCEst (N=72)			0,50 ± 0,07
MASCULINO	39	54,17	
Alta (>0,5)	18	46,15	
FEMININO	33	45,83	
Alta (>0,5)	22	66,67	

IMC = Índice de Massa Corporal; CC = Circunferência da Cintura; RCEst = Relação Cintura/Estatura; DP = Desvio Padrão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise, foi verificado que a maioria dos participantes era do sexo masculino e a faixa etária predominante era de adultos maduros (entre 40 e 59 anos), com média de $46,17 \pm 10,24$ anos. Esses dados são concordantes com o último *Boletim Epidemiológico HIV/Aids*, 2017, disponibilizado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), bem como um estudo epidemiológico realizado com pacientes soropositivos no sul do estado de Santa Catarina, 2010.

A contagem de linfócitos T-CD4 demonstrou que os pacientes estão com a média na faixa de normalidade, o que significa uma boa resposta ao TARV, porém há uma maior prevalência de mulheres com contagem acima de 500 cel/mm³. Apesar de ser uma pequena diferença em relação ao grupo do sexo masculino, esse resultado pode representar uma melhor resposta imunológica ao tratamento pelo sexo feminino, ou apenas ir de encontro ao que é de conhecimento histórico, que mulheres cuidam mais da saúde e/ou buscam mais assistência médica que os homens, apesar de alguns estudos mostrarem uma maior adesão ao TARV por parte homens, em concordância com Tietzmann et al. (2013) e Costa et al. (2018).

Em um estudo realizado com pacientes adultos, HIV positivos, no município de Belém-PA, entre os anos de 2010 a 2012, comprova-se que alterações no metabolismo lipídico são frequentes, independentemente do uso TARV, pois a infecção pelo HIV já é suficiente para causar dislipidemias em 50% dos casos (SILVA et al, 2014), o que vai ao encontro dos resultados apresentados neste estudo, onde aproximadamente 67% das mulheres e 55% dos homens apresentaram LDL-c elevados. A hipertrigliceridemia, que no presente estudo está em maior número nos homens, também vai ao encontro de alguns estudos, como o realizado em Belém/PA, em que 77,6% dos homens e 40% das mulheres apresentavam níveis elevados de triglicerídeos ($p = 0,001$)

(SILVA et al, 2014), e no estudo realizado com pacientes em uso de TARV em um centro de referência em HIV/AIDS, na cidade de Salvador/BA, onde 65,7% dos homens e 33,3% das mulheres apresentaram níveis de triglicérides elevados ($p = 0,004$) (SILVA, 2016), divergindo, de ambos, quanto a diferença significativa entre os sexos.

Apesar de o presente estudo segmentar os resultados de alterações no perfil lipídico por sexo e para o marcador HDL-c baixo haver razão de prevalência 5,5 mais frequente em homens que em mulheres, um estudo realizado na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 2002 a 2006 com pacientes HIV positivos antes e depois do uso de HAART, mostrou que não há relação entre dislipidemia e gênero ($p= 0,084$), segundo Ceccato et al. (2011).

Em Pelotas, Correa (2016), realizou um estudo fixando o ponto de corte para RCE em 0,5. Ainda em Taiwan, numa amostra de 38.556 adultos de ambos os sexos observou-se ainda forte associação da RCE com hipertensão arterial, intolerância à glicose, diabetes e dislipidemias.

Na cidade do México, Berber et al. (2001) observaram pontos de corte entre 0,52 e 0,53 para RCE como discriminador das patologias citadas acima, e na China, em pesquisa realizada por Ho e Janus (2003), numa amostra de 2895 pessoas entre 25-74 anos, observou-se que a RCE é o melhor indicador antropométrico de obesidade para discriminar os fatores de risco em questão. O ponto de corte mais adequado para este objetivo é 0,52 para homens e 0,53 para mulheres segundo Pitanga e Lessa (2006).

A Relação da circunferência da cintura pela estatura (RCE) é amplamente utilizada sobre o pressuposto de que, para uma dada estatura, há uma quantidade aceitável de gordura na região do tronco. Em relação à circunferência da cintura isolada, até o presente momento, não foi estabelecida padronização internacional de pontos de corte. Porém, alguns países, como

Nova Zelândia, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Espanha, já disponibilizam valores de referência para a medida de cintura específicos à população avaliada. Tendo em vista as diferenças étnicas, de estilo de vida, hábitos alimentares, e prática de atividade física entre essas populações que interferem na distribuição da gordura corporal, torna-se importante verificar a utilidade dos mesmos antes de recomendar seu uso.

Nos resultados apresentados, a avaliação antropométrica aponta para uma alta prevalência de alterações na redistribuição da gordura corporal, em especial no sexo feminino, onde os valores de circunferência de cintura alta e relação cintura estatura alta foram de aproximadamente 60 e 70%, respectivamente, e a média do IMC apontou sobrepeso para ambos os sexos, tendo também maior prevalência de obesidade entre as mulheres. As medidas antropométricas que indicam obesidade abdominal estão diretamente associadas a alterações metabólicas, bem como todas as suas causas, independentemente do valor de IMC segundo Zhang (2008).

De forma geral, o achado de maior importância é que a RCE é isoladamente o melhor índice de antropometria para identificar alguma alteração metabólica na população convivendo com HIV em uso de TARV. Pelos achados que foram estudados sobre Circunferência da Cintura (CC) e Relação Cintura Estatura (RCE), a circunferência da cintura (CC) elevada e a inadequação em outros índices como o índice de massa corporal (IMC) e/ou a relação cintura-estatura (RCE) podem estar associadas a alterações metabólicas. Levando em consideração a facilidade de uso e a aplicabilidade prática dos indicadores antropométricos, seu estudo e avaliação tornam-se importantes medidas para determinar a real associação dos mesmos com fatores de risco e, assim, estabelecê-los ou não como ferramentas confiáveis para essa finalidade (RODRIGUES; BALDO; MILL, 2010).

A RCE apresenta vantagem em relação à circunferência da cintura isolada, pois seu ajuste pela estatura permite o estabelecimento de um ponto de corte único e aplicável à população geral, independentemente do sexo, idade e etnia. Segundo este contexto, os pontos de corte de circunferência da cintura e RCE propostos na literatura são capazes de predizer risco cardiovascular principalmente no sexo feminino (RODRIGUES; BALDO; MILL, 2010).

No Brasil, Caramelli et al. (2001) evidenciaram elevação dos triglicerídeos acima de 200 mg/dl em 53% de 30 pacientes portadores de HIV/Aids depois da introdução de inibidores de protease, respectivamente, corroborando com os achados deste estudo.

Desta forma na amostra de pacientes ambulatoriais estudada, o sexo masculino foi predominante, e apresentou resultado mais significativo de HDL baixo (menor do que 40mg/dl), enquanto que o sexo feminino apresentou maior prevalência em quatro variáveis analisadas: IMC alto (maior do que 30 kg/m²), Circunferência de cintura alta (maior do que 80 cm), LDL-colesterol alto (maior do que 100mg/dl) e Relação cintura/estatura alta (maior do que 0.5), atendendo aos objetivos propostos.

Outras associações foram investigadas, como a de triglicerídeos, associações entre a ingestão de alimentos, características sócio econômicas e as alterações metabólicas. Porém, nenhuma associação significativa foi encontrada.

Um achado de grande importância está no fato de que a Razão Cintura Estatura (RCE) teve uma forte associação com o LDL elevado, e diante disso pode ser utilizado como forma de triagem, visando otimizar o encaminhamento ambulatorial dos pacientes.

Referências

ARAL, S. O.; FENTON, K. A.; LIPSHUTZ, J. A. (ed.). **The new public health and STD/HIV prevention**. New York: Springer, 2003.

BERBER, A., *et al.* Anthropometric indexes in the prediction of type 2 diabetes mellitus, hypertension and dyslipidaemia in a Mexican population. **International Journal Obesity Related Metabolic Disorders**, [s.l.], v. 25, n. 12, p. 1794-1799, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11781760>. Acesso em 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids**: etiologia, clínica, diagnóstico e tratamento. Brasília, Unidade de Assistência, 1999. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Aids_etiologia_clinica_diagnostico_tratamento.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2017**, ano 5, n. 1, jul. 2016/jun. 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hivaids-2017>. Acesso em: 21 jun. 2019

CARAMELLI, B *et al.* Hyperlipidemia related to the use of HIV-protease inhibitors: natural history and results of treatment with fenofibrate. **Brazilian Journal of Infectology Diseases**, [s.l.], v. 5, n. 6, p. 332-338, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bjid/v5n6/v5n6a07.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CECCATO, M. G. B. *et al.* Antiretroviral therapy-associated dyslipidemia in patients from a reference center of Brazil. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, [s.l.], v. 44, n.11, p.1177-1183, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bjmbr/v44n11/750.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Boletim**, [s.l.], v. 30, n. 21, p. 1-3, Jun. 1981.

CLAVEL, F. *et al.* Isolation of a new human retrovirus from West African patients with AIDS. **Science**, [s.l.], v. 233, n. 4761, p. 343-346, Jul 1986.

CORRÊA, M. M. **Razão Cintura-Estatura como marcador antropométrico de risco à saúde**: estudo de base populacional em adultos e idosos brasileiros. 2016. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: http://www.epidemiologia-ufpel.org.br/uploads/teses/Tese_%20MARCIA%20MARA%20CORREA.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019

COSTA, L. M. C. B. V. *et al.* Características de personalidade e adesão ao tratamento em pacientes jovens portadores de HIV. **SBPH**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 6-35, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v21n1/v21n1a02.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

DUTRA, C. D. T.; LIBONATI, R. M. F. Abordagem metabólica e nutricional na lipodistrofia em uso da terapia antirretroviral. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 439-446, jul./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v21n4/v21n4a08.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

HO, S.; LAM, T.; JANUS, E. D. Waist to stature ratio is more strongly associated with cardiovascular risk factors than other simple anthropometric indices. **Annals of Epidemiology**, [s.l.], v. 13, n. 10, p. 683-691, Nov. 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14599732> . Acesso em: 24 jun. 2019

JAIME, P. C. *et al.* Prevalência de sobrepeso e obesidade abdominal em indivíduos portadores de HIV/AIDS, em uso de terapia antirretroviral de alta potência. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 65-73, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v7n1/08.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

McDOUGAL, J. S. *et al.* The T4 glycoprotein is a cell-surface receptor for the AIDS virus. **Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology**, [s.l.], n. 51, p. 703-711, 1986.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. 2. ed. Brasília: Organização Panamericana da Saúde, 2011. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/documentos-de-planejamento-em-saude/elaboracao-do-plano-estadual-de-saude-2010-2015/textos-de-aposios/redes_de_atencao_mendes_2.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

PITANGA, F. J. G ; LESSA, I.. Razão cintura-estatura como discriminador de risco coronariano de adultos, **Revista Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 157-161, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v52n3/a16v52n3.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

RODRIGUES, S. L.; BALDO, M. P.; MILL, J. G. Associação entre a razão cintura-estatura e hipertensão e síndrome metabólica: estudo de base populacional, **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [s.l.], v. 95, n. 2, p. 186-191, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v95n2/aop06510.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, I. C. da. *et al.* Perfil metabólico, antropométrico e lipodistrofia em pessoas vivendo com HIV/AIDS em uso de terapia antirretroviral. **Nutrición Clínica y Dietética Hospitalaria**, [s.l.], v.36, n. 3, p. 38-44, 2016. Disponível em: <http://revista.nutricion.org/PDF/conceicao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SICHIERI, R.; EVERHART, J. E. Validity of a Brazilian food frequency questionnaire against dietary recalls and estimated energy intake. **Nutrition Research**, [s.l.], v. 18, n. 10, p. 1649-1659, Oct. 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0271531798001511>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SIMON, V. HIV/AIDS epidemiology, pathogenesis, prevention, and treatment. **The Lancet**, [s.l.], v. 368, n. 9534, p. 489-504, Aug. 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2913538/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

STACORP. **Stata Statistical Software/SE**. Versão 7.0. College Station, TX: Statacorp, 2002.

TIETZMANN, D. C. *et al.* Prevalências de adesão à terapia antirretroviral e fatores associados em pacientes adultos de três centros urbanos do Sul do Brasil. **Aletheia**, [s.l.], v. 41, p.154-163, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n41/n41a12.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TROLL, J. G. Approach to dyslipidemia, lipodystrophy, and cardiovascular risk in patients with HIV infection. **Current Atherosclerosis Report**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 51-56, Feb. 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3018260/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNAIDS. **Aids epidemic update: special report on HIV/AIDS**. Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, 2006. Disponível em: http://data.unaids.org/pub/epireport/2006/2006_epiupdate_en.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

ZHANG, C. *et al.* Abdominal obesity and the risk of all-cause, cardiovascular, and cancer mortality: sixteen years of follow-up in us women. **Circulation**, [s.l.], v.117, n.13, p.1658-1667, Apr. 2008. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18362231>. Acesso em: 21 jun. 2019.

A mobilidade internacional docente pelo Programa MARCA entre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (Brasil) e a Universidade de Santander (Colômbia)



Taís Veronica Cardoso Vernaglia

Professora adjunta, do departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, CCBS, UNIRIO

Ingressou como docente na UNIRIO em 2012

<http://lattes.cnpq.br/0328468656344207>

Contato: tais.vernaglia@unirio.br

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), com 132 anos de existência, tem consolidado uma importante trajetória na formação de Enfermeiros e Pesquisadores para o Brasil e para o mundo. Para nossa escola, o trabalho de internacionalização, no contexto de um mundo globalizado, abre oportunidades para pensarmos o ensino para além do âmbito nacional e regional, ampliando capacidades de cooperação e formação no mercado internacional. Nesse contexto, a mobilidade acadêmica tem um importante papel que está relacionado com o movimento de pessoas para além das fronteiras nacionais, que oportuniza maior projeção da comunidade acadêmica no âmbito internacional, agregando profissionais qualificados e com vivências em contexto

internacional, mais preparados para atender as exigências de um mundo globalizado.

Nesse sentido, a Profa Dra Taís Veronica Cardoso Vernaglia, diretora-adjunta da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, esteve em mobilidade docente no período de 26 de setembro à 07 de outubro na Universidade de Santander (UDES), Colômbia. Esta mobilidade faz parte do Programa MARCA, eixo importante do Setor de Educação do MERCOSUR. O objetivo do Programa é fortalecer a cooperação interinstitucional entre as universidades vinculadas ao sistema ARCUSUR, impulsionando as parcerias e redes de cooperação de ensino, pesquisa e extensão.

Durante o seu período de permanência, a Profa Dra Taís Veronica Cardoso Vernaglia buscou representar a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e discutir o desenvolvimento e implementação de políticas que visem a mobilidade, acordos de cooperação em pesquisa e intercâmbio de conhecimento.

A sua agenda iniciou com uma reunião de instalação com o Reitor da Universidade de Santander (UDES), Dr. Patricio López Jaramillo e o Senhor Decano Dra William Reyes Serpa, a Diretora da escola de Enfermagem Dra Myriam Durán Parra e Professores Coordenadores de diferentes áreas. Foi discutido sobre as possibilidades que temos de promover a aproximação entre as universidades e promover o intercâmbio científico e tecnológico.

Anexo 1 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

Foram seguidas reuniões com o objetivo de articular as pesquisas interinstitucionais com os pesquisadores da Universidade de Santander (UDES) e a UNIRIO com vistas a ampliação da produção intelectual e o aprimoramento do fluxo dos processos relativos à mobilidade acadêmica internacional.

Anexo 2 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

Também foi pauta de reunião com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da referida universidade e a Internacionalização, a apresentação dos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF), Programa de Pós-Graduação Saúde e tecnologia no espaço Hospitalar (PPGSTEH), Programa de Pós-Graduação em Biociências (PPGENFBIO) e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem nos Moldes da Residência, alinhada à internacionalização.

Anexo 3 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

Foram promovidas visitas as instituições de saúde situadas no Distrito de Santander: Fundação de Cardiologia, Hospital Psiquiátrico San Camilo e aos Centros de Saúde da região.

Anexo 4 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

A Profa Dra Taís Vernaglia também dedicou o seu tempo para apresentar aos alunos do curso de enfermagem da UDES sobre como se dá o funcionamento do Sistema de Saúde e as Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil.

Anexo 5 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

A Profa Dra Taís Vernaglia incluiu na sua agenda uma entrevista ao Canal Utv, Programa Magazine Un Nuevo Día, onde falou sobre a Rede de Atenção Psicossocial no Brasil e compartilhou dicas importantes sobre como cuidarmos da nossa própria saúde mental.

Anexo 6 - Fotografia



Fonte: Compilação do autor

A Profa Dra Taís Vernaglia relatou que a experiência de estar em uma mobilidade foi muito enriquecedora. Para ela, a internacionalização trata-se de um processo que envolve conhecer o sistema educacional, a universidade em si, o sistema de saúde, através dos convênios estabelecidos pela universidade e conhecer um pouco sobre a história e cultura do povo. Por isso, ela esteve imersa nessas duas semanas não só na universidade, mas também na história da cidade. Foi possível apreciar a beleza de uma cidade que se encontra em

uma zona de atividades sísmicas, e que mostra nas suas falhas geográficas todo verde que compõe a região.

Foram duas semanas intensas de atividades com a Escola de Enfermagem, seus professores e coordenadores. Uma escola que me pareceu muito promissora, com uma equipa que se empenha em levar qualidade e excelência no ensino. Como fruto da mobilidade os professores das referidas universidades, já criaram uma agenda de reuniões e trabalho para estreitar os seus laços interinstitucionais.

Sérgio Luiz Magarão: homenagem póstuma



Quando um dos nossos se encanta, ficamos relembrando do timbre de sua voz, das atitudes e das maneiras de seus gestos. Mais que isso, nos atos que nos aproximavam. Sérgio Luiz Magarão deixou gravado longa história na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, de forma sempre leal e amiga, assim como na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

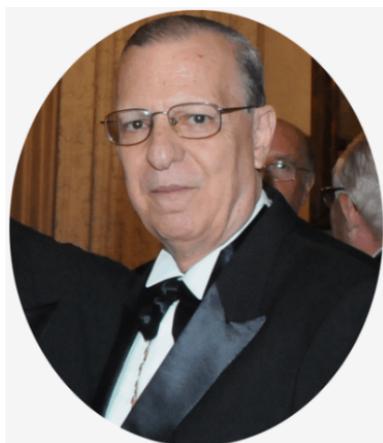
Anexo 7 – Fotografia - Da esquerda para a direita: em primeira fileira: Prof. Sérgio Luiz Magarão, Prof. Antonio Paulo Filho e Prof. Newton Manhães Bethlem; em segunda fileira: Prof. Azor José de Lima, Prof. Nei Azevedo, Prof. Antonio Giardulli, Prof. José Maria Pinto Barcellos, Prof. Carlos Alberto Basílio de Oliveira, Prof. Francisco Fialho.



Fonte: Compilação do autor

Foi aluno, interno da Disciplina de Pneumologia e professor do Clã de Newton Manhães Bethlem. Tudo isso nas décadas de 1960 e 1970. Passados uns anos, foi Diretor do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle em duas ocasiões: a primeira constituindo o triunvirato com Francisco Fialho e Lúcio Galvão, depois, assumindo sozinho toda a responsabilidade da instituição. Teve forte amizade a Hans Jürgen Fernando Dohmann. Chegou a reitor, de 1992 a 1996. Cumpriu sua missão. Nunca deixou de atender na clínica, nos

ambulatórios e nos seus gabinetes aos mais fracos e aos doentes. Ficou do lado dos necessitados e das causas justas. Os colegas, amigos médicos e professores do Hospital, dos Departamentos de Ensino, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, e de toda a Universidade, prestam-lhe nobre reverência.



Carlos Alberto Basílio de Oliveira

Professor Emérito, do Departamento de Patologia e Apoio Clínico, Escola de Medicina e Cirurgia, CCBS, UNIRIO
<http://lattes.cnpq.br/1349923828856938>
Ingressou como docente na UNIRIO em 1970

Objetivo da publicação

O Informativo Notas do CCBS tem o objetivo principal de divulgação das ações e atividades desenvolvidas no CCBS.

O Informativo irá reunir textos inéditos de autoria da comunidade acadêmica do Centro: Professores e Técnicos divulgarão suas investigações, colaborações e projetos; os Professores Eméritos poderão destacar aspectos da Memória da instituição e de suas trajetórias profissionais. Enfim, comunicar é preciso. E convidamos todo o CCBS a se unir nessa iniciativa.

Instrução aos Autores

1. Submeter o manuscrito eletronicamente através do e-mail: ccbs@unirio.br, com o assunto: **NOTAS DO CCBS**.
 2. O teor científico do trabalho é de responsabilidade dos autores, assim como a correção gramatical.
 3. O manuscrito, redigido em português, deve ter formato ABNT, A4, em fonte "Arial", tamanho 14, espaçamento 1,5 entre linhas.
 4. Os trabalhos devem conter os tópicos: título; autoria (incluindo foto de rosto dos autores, nomes dos autores (nome e sobrenome por extenso e demais preferencialmente abreviados); unidade de lotação (departamento de ensino e escola/instituto); ano de ingresso na UNIRIO; link do lattes; endereço de e-mail para contato (preferencialmente institucional da UNIRIO).
 5. A organização do texto deve seguir da seguinte maneira: **Introdução, Desenvolvimento, Considerações Finais e Referências** (de acordo com a ABNT NBR 6023).
 6. Não usar notas de rodapé.
 7. Enviar o arquivo de texto em Microsoft Word (*.doc ou docx). As imagens devem ser enviadas como anexo (jpeg, tiff, png) numeradas seguindo a ordem do texto.
 8. Os artigos estarão na página da Decania do CCBS, disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/informativo-notas-do-ccbs>
-